



**COMISSÃO MISTA PARA APRECIAÇÃO
DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº575/2012**

Requerimento nº , de 2012
(Dep. Assis Carvalho)

**Solicito a realização de Audiência Pública para
tratar do Modelo Regulatório de Parceria
Público-Privada.**

Senhores Parlamentares,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requeiro a realização de reunião de audiência pública para analisar e discutir as questões relacionadas à estrutura regulatória de Parceria Público-Privada, de modo a melhor viabilizar o processo de aperfeiçoamento legislativo deste instrumento de promoção do investimento em infraestrutura.

Recomendo que sejam convidados a comparecerem a este evento:

- Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Luciano Coutinho,
Presidente do BNDES
- Jaques Wagner
Governador da Bahia
- Sérgio Cutolo
Vice-Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA
- Fernando Cardim de Carvalho
Economista, prof. do Instituto de Economia da UFRJ



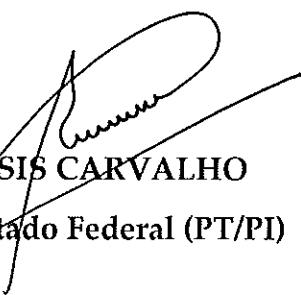


JUSTIFICATIVA

A retomada da aceleração do crescimento da economia brasileira em bases sustentáveis requer, dentre outros fatores, a expansão dos investimentos relacionados à infraestrutura produtiva, sobretudo nos diversos componentes das matrizes energética e de transporte. No entanto, projetos desta natureza, com frequência, demandam grande volume de recursos, envolvem riscos expressivos e possuem longo prazo de maturação, fatos que inibem o planejamento, a construção e manutenção destes equipamentos pelo setor privado. Este cenário impõe ao Estado à assunção de um papel central no processo de geração e disponibilização de tais equipamentos e serviços.

O governo federal reafirmou – mediante a publicação da Medida Provisória nº 575/2012 – a concepção de que a parceria público-privada é um dos arranjos institucionais importantes para impulsionar os investimentos em infraestrutura. Nestes termos, é relevante que o Congresso Nacional promova o debate público sobre tema e realize os aperfeiçoamentos legislativos necessários à qualificação do marco regulatório da parceria público-privada. Para tanto, solicitamos a realização de audiência pública, com a participação de representantes: do governo federal e dos governos estaduais, do sistema financeiro público e privado, e de especialistas em financiamento do desenvolvimento.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 2012.



ASSIS CARVALHO
Deputado Federal (PT/PI)

